

Em 8 de junho, 435 mil estudantes de Odontologia fizeram o último Exame Nacional de Cursos (Provão) nos moldes em que foi criado em 1996. A partir do ano que vem, esta e outras avaliações do ensino superior devem ser reformuladas. "O Provão não mede a qualidade real de uma instituição", afirma o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Otaviano Helene.



Maratona em Brasília

Marcia Gouthier

Há dois meses, o Conselho Federal de Odontologia vem realizando uma verdadeira maratona pela qualidade e o respeito da profissão, seja na sua formação acadêmica, seja no atendimento – tanto público como privado – à sociedade. Após vários encontros com integrantes do Governo e parlamentares do Congresso Nacional, a diretoria do CFO ganhou, no final de maio, um aliado importantíssimo: o vice-presidente da República, José Alencar. Durante a audiência com o CFO, quando se discutiu a necessidade de impedir a criação do curso de tecnólogo em saúde bucal, o vice de Lula mostrou que seu apoio ia muito além do protocolo. Na presença de todos, José Alencar telefonou para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), relator do projeto no Senado que cria o curso, para manifestar sua preocupação com a aprovação da proposta. "O piso salarial da categoria já é baixo e a oferta de profissionais é grande", disse Alencar ao senador. "E, além disso, pode ser prejudicial ao prestígio que a odontologia brasileira desfruta hoje no mundo", acrescentou, mostrando já ter incorporado as informações levadas a ele pelo presidente Miguel Nobre, pelo vice Ailton Rodrigues, secretário-geral Marcos Santana e o tesoureiro Lester de Menezes.

LEIA MAIS NAS PÁGINAS 4, 5, 6, 7, 12, 13 E 16.



Miguel Nobre e José Alencar, selando o apoio do Governo Federal às causas da Odontologia

3

Cárie Zero

CFO inicia no Piauí série de encontros com governadores

11

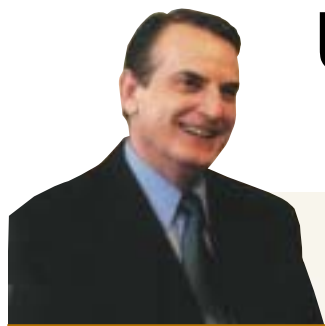
Entrevista

Presidente da FNO defende redução da jornada federal

12

Fluoretação

Lei do flúor nas águas de abastecimento deverá ser mantida



Unidos estamos vencendo

Dr. Miguel Nobre
Presidente do CFO

Ao assumirmos o Conselho Federal de Odontologia, listamos as metas que nos propúnhamos cumprir em três anos. Nenhuma era de fácil realização; todas exigiam doses extras de paciência, diplomacia e perseverança para compreender as motivações e carências de cada profissional, cada entidade e de toda a legião de excluídos da atenção odontológica – ao mesmo tempo, sabíamos o quão imprescindível era não perder de vista o foco daquilo que precisava ser feito.

Assim foi, e gradualmente cada um dos compromissos firmados naquela noite de 1º de setembro de 2000 se materializou.

- **“Campanha de valorização da Odontologia e de seus profissionais, através da mídia”.** Veiculamos em rede nacional de TV e rádio, sempre no mês do Cirurgião-Dentista, propaganda institucional de alerta sobre o câncer e outras doenças bucais, e de valorização do cirurgião-dentista, com a participação do ator Paulo Betti e do músico e CD Guinga.
- **“Manter o CFO irmanado com todas as entidades nacionais”.** Realizamos uma série de reuniões conjuntas com a presença da Associação Brasileira de Odontologia, Federação Nacional dos Odontologistas, Federação Interestadual dos Odontologistas, Associação Brasileira de

Ensino Odontológico e Academia Brasileira de Odontologia. Foram definidas ações objetivas, muitas delas já realizadas com êxito.

- **“Ouvir a classe, com a cooperação dos 27 CROs”.** O CFO passou a realizar reuniões regulares, visando dinamizar e equilibrar esta relação.
- **“Prosseguir a interligação do CFO com os CROs, através de uma rede informatizada”.** Tarefa cumprida, que vem proporcionando aos Conselhos mais eficiência nas ações administrativas e redução nos gastos.
- **“Manter permanente diálogo com os poderes públicos, na busca por melhores condições para a saúde bucal do povo brasileiro, e análise da necessidade social em caso de abertura de faculdades”.** Grande parte da energia desta diretoria foi depositada na relação com o governo federal e o Congresso Nacional. Os avanços não têm sido poucos, conforme as páginas deste jornal têm noticiado.

Atribuímos à coerência entre palavra e ação o apoio inédito recebido dos 27 CROs para um novo triênio à frente deste CFO. E acreditamos que, com o apoio de todos, seguiremos pavimentando um caminho repleto de vitórias para a Odontologia.

FALE COM O PRESIDENTE DO CFO
presidente@cfo.org.br

NOTAS

12ª Conferência Nacional de Saúde

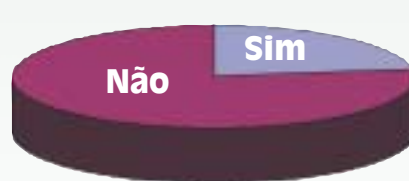
A oitava edição da Conferência Nacional de Saúde é considerada até hoje um marco na saúde pública brasileira. Graças à reflexão que despertou na sociedade, a Constituição Federal de 1988 inaugurou no país o Sistema Único de Saúde (SUS). Quinze anos depois, os organizadores do evento querem resgatar o “espírito” daquela edição. A 12ª Conferência Nacional de Saúde já tem local, data e tema definidos. Acontecerá em Brasília entre 7 e 10 de dezembro de 2003 e abordará “Saúde: um direito de todos, um dever do Estado – a saúde que temos; o SUS que queremos”.

Formação em THD

Há atualmente cerca de 4.800 técnicos em higiene dental inscritos nos

Conselhos Regionais de Odontologia, o que equivale a uma proporção de 00,2 THD para 1 cirurgião-dentista. Um déficit como este pode comprometer a formação das Equipes de Saúde Bucal na modalidade 2 para o Programa de Saúde da Família. Em vista disso, o Ministério da Saúde apresentou, no dia 3 de junho, uma proposta de formação destes profissionais. Participaram da reunião representantes do CFO, Associação Brasileira de Odontologia, Federação Nacional dos Odontologistas, Federação Interestadual dos Odontologistas, Associação Brasileira de Ensino Odontológico e Associação Nacional de Técnicos de Odontologia. O relatório final da 3ª Conferência Nacional das Profissões Auxiliares, realizada em 2002 pelo CFO, será um dos documentos consultados na elaboração do novo “perfil de competências” do THD.

SUA OPINIÃO



Sim: 22,67% / Não: 77,33%

O CFO perguntou na edição passada: **“Você acha que as empresas que comercializam produtos odontológicos devem ter como responsável técnico um CD?”**

Veja a resposta da classe:

O CFO quer saber sua opinião:
VOCÊ ACREDITA NO MODELO ATUAL DO PROVÃO?

Participe: www.cfo.org.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Tels: (21) 2262-0369 e 2262-0419
Fax: (21) 2262-4681 e 2524-0042
E-mails: cfo@cfo.org.br
Site: www.cfo.org.br

Sede no DF: SHC-AO-Sul-EA-02/08-
Lote 05 - Ed. Terraço Shopping,
Torre A/sala 207 - Bairro Otogonal
CEP 70660-020 - Brasília/ DF
Telefone: (61) 234-9909

Editor e Jornalista Responsável:
Marcelo Pinto (MTB 19936)
Repórteres: Ana Freitas e Vítor Fraga (Rio);
Fábio Marçal e Geanoni Mousquer (DF)

Sol Comunicações Ltda.

Fotografia: Descrição da Imagem
(Vanor Correia, Nando Neves e
Aguiinaldo Ramos)

Projeto Gráfico e Edição de Arte:
Metara Comunicação Visual
(estudiometara@terra.com.br)

Assessoria, Divulgação e Publicidade
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617
Perfil Impresso Assessoria
e Planejamento Gráfico Ltda.

DIRETORIA

Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre
(Rio Grande do Sul)
E-mail: presidente@cfo.org.br

Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
(Mato Grosso do Sul)
E-mail: vice-presidente@cfo.org.br

Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (Sergipe)
E-mail: secretario@cfo.org.br

Tesoureiro

Lester Pontes de
Menezes (Rondônia)
E-mail: tesoureiro@cfo.org.br

Conselheiros Efetivos

Emanuel Dias de Oliveira e Silva
(emanuel@cfo.org.br - Pernambuco) Ivon
Corrêgio de Figueiredo Sucasas

(ivonsucasas@cfo.org.br - São Paulo); Má-
rio Ferraro Tourinho Filho
(marioferraro@cfo.org.br - Bahia)
Roberto Eluard da Veiga Cavali
(robertocavali@cfo.org - Paraná); Rutilio
Caldas Pessanha
(rutiliopessanha@cfo.org.br -
Rio de Janeiro)

Conselheiros Suplentes

Benício Paiva Mesquita (Ceará);
Elphego Wanderley de Souza Júnior
(Piauí);
Hildeberto Cordeiro Lins (Alagoas);
Irma Neuma Coutinho Ramos
(Paraíba);
Maria Izabel de Souza Ávila Ramos (Ama-
pá);
Messias Gambôa de Melo (Pará);
Norberto Francisco Lubiana

(Espírito Santo);
Selene Machado Costa Guedes
(Amazonas);
Wilson Antônio Steinwandter
(Santa Catarina);

Assessor Especial

Jacques Narcisse Henri Duval
(São Paulo)

Comissão Editorial do Jornal do CFO

Presidente: Clemente Galvão Neto

Coordenador Geral:

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues
Membros: Irma Neuma C. Ramos;
Norberto Francisco Lubiana
Sugestões e colaborações para
o Jornal do CFO
E-mail: jornal@cfo.org.br



Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 245 mil exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

Tomando a iniciativa

Governo do Piauí

CFO inicia no Piauí série de encontros com governadores, a fim de esclarecê-los sobre a disponibilidade de recursos federais para a implantação de Equipes de Saúde Bucal no PSF

As principais decisões políticas do país não se originam apenas a partir do Palácio do Planalto ou do Congresso Nacional. Sem a participação dos governos estaduais e das prefeituras municipais, programas estratégicos como o Programa de Saúde da Família jamais teriam saído do papel. Se não fosse assim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria se reunido por três vezes – em apenas seis meses – com os 27 governadores, a fim de obter deles o apoio às reformas tributária e previdenciária defendidas por seu governo.

O Conselho Federal de Odontologia, tendo já um trabalho consolidado na defesa das causas da Odontologia junto a parlamentares, ministros e demais autoridades do governo federal, deu um novo passo no último dia 5 de junho. Em audiência no Palácio do Governo do Piauí, em Teresina, com o governador Wellington Dias (PT), CFO e CRO-PI levaram propostas que visam o aperfeiçoamento da atenção odontológica naquele estado. Durante a reunião, que durou cerca de duas horas, foram apresentados quatro pontos básicos: 1º) estímulo à implantação das Equipes de Saúde Bucal no Programa de Saúde da Família nos municípios, tendo em vista a anunciada liberação de recursos pelo Ministério da Saúde; 2º) criação de programa de interiorização de profissionais de saúde, priorizando os 10 municípios com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); 3º) criação de centros de especialidade odontológica nas sedes regionais do SUS,



Governador do Piauí, Wellington Dias (ao centro, ao lado do presidente do CFO, Miguel Nobre), recebe a diretoria do CFO e do CRO-PI

permitindo o acesso da população pobre às últimas inovações técnico-científicas; 4º) implantação nos hospitais do SUS do serviço de emergência odontológica, bem como do serviço de cirurgia bucomaxilo-facial.

Governador convocará reunião

O governador Wellington Dias se disse muito grato pela visita – a única feita por um conselho profissional desde que tomou posse – e se comprometeu a realizar em breve uma reunião com os secretários de saúde e coordenadores de saúde bucal de todos os municípios do estado, que terá a presença do presidente do CRO-PI, Lucimar de Sousa Leal. Neste encontro, o governador repassará as sugestões e esclarecimentos prestados pelo CFO e o CRO-PI.

Este foi o primeiro de uma série de encontros que o CFO pretende ter com governadores de estado, com o intuito de esclarecer estas au-

toridades sobre a disponibilidade de recursos federais para a implantação de 3 mil novas Equipes de Saúde Bucal no PSF, e alertar para a carência de atendimento pela população. Segundo o IBGE, 32 milhões de brasileiros jamais visitaram um cirurgião-dentista.

Incumbido da tarefa de explicar as propostas ao governador, o secretário-geral do CFO, Marcos Santana, saiu bastante satisfeito do encontro. “O CFO decidiu iniciar no Piauí este trabalho por uma razão estratégica, pois o governador Wellington Dias vem se firmando como uma nova liderança do Nordeste, e também porque o programa Fome Zero foi lançado neste estado, onde se encontram os municípios com os menores índices de desenvolvimento humano do país. Mas também por uma questão de justiça, afinal de contas, já é hora do Nordeste deixar de ser o primo pobre do Brasil, e isso inclui, naturalmente, uma oferta mais digna de atendimento odontológico à

população”, disse o secretário-geral do CFO, Marcos Santana, lembrando que esta ação político-institucional integra o projeto Cárie Zero, que já tem o apoio integral do Ministério da Saúde.

O governador do Piauí revelou que já está em seus planos lançar o programa “Sorriso 10”, elegendo a atenção odontológica como uma de suas prioridades na área da saúde pública. O presidente do CFO, Miguel Nobre, aproveitou para sugerir que o governador inclua neste programa a campanha “Minha primeira escova de dente”, tendo em vista que muitos dos beneficiados pelo programa estarão, de fato, iniciando-se na higiene bucal.

Participaram também do encontro com o governador Wellington Dias o vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues, o tesoureiro Lester de Menezes, os conselheiros Rutilio Pessanha e Elphego Wanderley Jr. (piauiense), e o diretor-executivo Márcio Coimbra.

Preservando a qualidade profissional

fotos Márcia Gouthier



O vice-presidente do CFO, Ailton Rodrigues, é recebido pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR)

Em sua cruzada contra projeto de lei e resolução do CNE que cria o curso superior de tecnólogo em saúde bucal, CFO se encontra com o relator do PL, senador Augusto Botelho, com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, e com o vice-presidente, José Alencar

Qual a justificativa para a criação de um curso superior de tecnólogo em saúde bucal? Esta é a pergunta que, atualmente, as entidades nacionais da Odontologia estão se fazendo. Digamos que um dos argumentos possíveis seja a falta de profissionais capacitados. Pois não haveria defesa mais inconsistente em se tratando de um país que possui hoje uma quantidade de cirurgiões-dentistas (188 mil) equivalente à soma de Estados Unidos (130 mil), México (48 mil) e Canadá (17 mil). Sem mencionar a relação CD/número de

habitantes existente no Brasil, de 1/965, um dos melhores índices do mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde – 1 para 1,5 mil é a relação recomendada por especialistas em saúde pública.

Projeto de lei e resolução do CNE

Em 1994, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), hoje líder do governo na Câmara, apresentou em plenário o projeto de lei 4731, que regulamenta a profissão de tecnólogo “e dá outras providências”, como, por

parecer do senador Augusto Botelho (PDT-RR) – tal projeto afetará, além da Odontologia, outras esferas profissionais da saúde como Medicina, Fisioterapia, Psicologia e Enfermagem. Mas esta ameaça não aparece apenas neste projeto de lei. Em 23 de dezembro do ano passado, foi publicado no Diário Oficial da União uma resolução assinada pelo Conselho Nacional de Educação (de 18/12/2002), que institui as diretrizes curriculares para os “cursos superiores de tecnologia”. Para impedir que a resolução se transformasse em parecer ministerial, uma comissão da Federação Nacional dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas) esteve, no dia 3 de junho, em audiência com o ministro da Educação, Cristovam Buarque. Segundo a representante do CFO nesta comissão, a cirurgiã-dentista Graciara Azevedo, o ministro garantiu que não sancionará nenhuma portaria sobre o tema sem antes consultar as entidades ligadas aos profissionais da saúde.

Abalo na confiança

A resolução do CNE foi um golpe na expectativa das entidades envolvidas na luta para retirar as profissões de saúde dos cursos de tecnólogos. O que causou mais estranhamento foi o fato de uma resolução tão importante ter sido assinada a apenas 13 dias do fim do governo Fernando Henrique. Poucos meses antes, após a pressão exercida pelas entidades odontológicas,

exemplo, a criação de um conselho profissional específico. Vale esclarecer que se for aprovado no Senado – onde se encontra atualmente, aguardando



José Alencar se surpreende com o número de cirurgiões-dentistas no país

o mesmo Conselho Nacional de Educação, através de sua coordenação geral de capacitação tecnológica, comprometeu-se a elaborar um novo texto em que preservaria a esfera de atuação das profissões da saúde. Na época, o presidente do CFO, Miguel Nobre, argumentou que a instituição do tecnólogo em saúde bucal estimularia a formação de “subdentistas”, que não atenderiam às necessidades da população, além de saturar ainda mais um mercado que já recebe, anualmente, cerca de 10 mil novos profissionais de nível superior.

CFO conversa com relator do PL

Com a reabertura do Congresso Nacional em 2003, reabriu-se também a discussão sobre a abrangência desta nova categoria profissional (que inclui também áreas como informática). No dia 7 de maio, o vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues, e o tesoureiro da entidade, Lester Pontes de Menezes, estiveram com o senador Augusto Botelho, relator do projeto de lei que cria o tecnólogo de nível superior. Durante o encontro, o senador pôde compreender porque este PL vem provocando a indignação da classe. A carga horária de 2,4 mil horas (metade da exigida nos cursos de Odontologia) foi um dos pontos levantados pelos diretores do CFO, já que seria um tempo muito limitado frente às necessidades demandadas pelos pacientes, sobretudo quanto à complexidade das intervenções clínicas e cirúrgicas. “A saúde pública está correndo risco com a criação desses cursos”, alertou Ailton Rodrigues.

Em vez da criação de um novo curso, o CFO propõe a atualização do conteúdo programático do curso de nível médio já existente. O Conselho ponderou ainda que o Brasil possui uma das melhores relações CD/habitante, e que o problema está, na verdade, na distribuição destes profissionais pelo território nacional e na qualidade da formação. “A criação de um novo curso não vai trazer campo de trabalho, vai trazer desemprego”, prevê o vice-presidente do CFO.

O senador Augusto Botelho prometeu levar em consideração os argumentos do Conselho quando estiver elaborando o seu parecer sobre a constitucionalidade do projeto de lei. Dias depois, o senador recebeu um telefonema do vice-presidente José Alencar cobrando a exclusão do “tecnólogo em saúde bucal” do texto do projeto (quadro ao lado).

Novo aliado da Odontologia



O vice-presidente do Brasil, José Alencar, e a diretoria do CFO e do CRO-MS

CFO consegue apoio do vice-presidente José Alencar na luta contra PL dos tecnólogos

No dia 21 de maio, na condição de presidente da República em exercício – Lula estava em viagem pelo exterior –, o vice-presidente José Alencar recebeu a diretoria do Conselho Federal de Odontologia no Palácio do Planalto. No encontro de mais de uma hora e meia, ele se mostrou surpreso com os dados sobre o tamanho da categoria odontológica no país. Por isso, concordou que é preciso maior controle na criação de novos cursos e cautela na regulamentação da profissão dos tecnólogos em saúde bucal.

Diante dos argumentos expostos pelo presidente do CFO, Miguel Nobre, e os demais diretores da autarquia, José Alencar fez questão de telefonar imediatamente, na presença de todos, para o senador Augusto

Botelho (PDT-RR), relator do projeto no Senado, para manifestar sua preocupação com a aprovação da proposta. O senador se comprometeu a não concluir seu relatório sem antes apresentá-lo pessoalmente a Alencar. O vice-presidente também se dispôs a falar com o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), autor da proposta original. “O piso salarial da categoria já é baixo e a oferta de profissionais é grande”, disse Alencar ao senador Augusto Botelho. “E, além disso, pode ser prejudicial ao prestígio que a odontologia brasileira desfruta hoje no mundo”, acrescentou, mostrando já ter incorporado as informações levadas a ele pela diretoria do CFO.

Alencar também se mostrou preocupado com o fato de 32 milhões de brasileiros nunca terem consultado um cirurgião-dentista, conforme dados do IBGE. “Isso é mais inquietante quando se sabe que a saúde começa pela boca”, comentou. “Lembro-me que, quando fui presidente da Federação da Indústria de Minas Gerais, adquirimos 400 gabinetes odontológicos para o Sesi e os distribu-

ímos pelo estado. Havia cidades que nunca tinham visto um cirurgião-dentista”, recordou.

Após saber que o ministro da Saúde, Humberto Costa, já determinou a ampliação do número de cirurgiões-dentistas e atendentes de consultório dentário nas equipes do Programa de Saúde da Família de 3 mil para 6 mil, o vice-presidente garantiu que o governo Luiz Inácio Lula da Silva vai se engajar ainda mais neste esforço em favor de melhorar a saúde bucal da população. “Podem contar sempre comigo nesta mobilização”, concluiu José Alencar, depois de elogiar a ideia do projeto Cárie Zero e a ação política e institucional que o CFO vem movendo nesse sentido.

Estiveram presentes à audiência, além do presidente do CFO, Miguel Nobre, o vice-presidente Ailton Rodrigues, tesoureiro Lester de Menezes, secretário-geral Marcos Santana, o presidente do CRO-MS, Anísio da Silva, o diretor-executivo do CFO, Márcio Coimbra, e o procurador jurídico José Cabral.

A saúde dos projetos da Odontologia

Márcia Gouthier



Deputada Angela Gadagnin com o vice do CFO, Ailton Rodrigues, e o tesoureiro, Lester de Menezes

Para reivindicar a aprovação de projetos de lei que garantam o acesso da população à saúde, CFO tem participado regularmente de reuniões com parlamentares federais.

No dia 21 de maio, os dirigentes do CFO Miguel Nobre (presidente), Ailton Diogo Rodrigues (vice-presidente), Lester de Menezes (tesoureiro), Márcio Coimbra (diretor-executivo) e o presidente do CRO-MS, Anísio da Silva, foram recebidos pelos senadores Augusto Botelho (PDT-RR), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Sérgio Zambiasi (PMDB-MS) para discutir os projetos de lei da área de saúde que estão tramitando no Congresso. Entre os PLs que foram pautados na conversa, o que cria o curso superior de Tecnólogo em Saúde Bucal mereceu atenção especial por ser um dos principais alvos de críticas do CFO atualmente (leia matéria na página 4). Relator do projeto, o sena-

dor Augusto Botelho se comprometeu com o CFO a considerar os argumentos da autoria quando elaborar o seu parecer.

Reuniões com aliados na Câmara

Em junho, foi na Câmara dos Deputados que a diretoria do CFO esteve mais presente, em reuniões com antigos e novos aliados. No dia 4, o vice-presidente do CFO, Ailton Rodrigues, e o conselheiro federal Mário Ferraro solicitaram pessoalmente o apoio da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) para a aprovação dos projetos de lei que envolvem a classe odontológica, como o PL 4556/94, que dispõe sobre o piso salarial dos cirurgiões-dentistas. Aproveitaram o encontro

também para solicitar o desarquivamento do PL 3653/97, que inclui os CDs nas perícias oficiais. A deputada, que defende as causas da Odontologia desde quando era parlamentar estadual, se comprometeu a solicitar uma sessão especial na Câmara no dia 22 de outubro para comemorar o Dia do Cirurgião-Dentista.

Na semana seguinte (12/6), o CFO, representado por Ailton Rodrigues e Lester de Menezes, voltou à Câmara dos Deputados para uma audiência com a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, para pedir que o curso de Odontologia seja contemplado no PL que limita a criação de novos cursos de Medicina por dez anos (de autoria do deputado Arlindo Chinaglia – PT/SP) e apressar a tramitação deste projeto. O CFO argumentou com a deputada que o Brasil já possui uma quantidade exagerada de cursos de Odontologia e que o desafio do país é distribuir melhor esses profissionais, já que há uma concentração nas grandes cidades e carência no interior. A deputada concordou com as ponderações dos representantes do CFO. “Vocês estão indo pelo mesmo caminho que eu”, disse.

Ângela Guadagnin pediu ao Ministério da Educação um levantamento do número de cursos existentes no Brasil nessa área e a sua concentração territorial e o CFO ficou de encaminhar para a deputada um levantamento sobre a situação dos cursos de Odontologia no país feito pela entidade. A deputada defende que a limitação quanto à abertura de novas faculdades seja feita de acordo com as necessidades de cada região e informou que os ministérios da Educação e da Saúde estão examinando o assunto.

Piso salarial

Aproveitando a passagem pela Câmara, os representantes do CFO conversaram com outros três aliados da Odontologia, os deputados Darcísio Perondi

(PMDB-RS), Rafael Guerra (PSDB-MG) e Henrique Fontana (PT-RS).

Perondi tem provado ser um importante interlocutor do CFO no Congresso Nacional e, a julgar por seus precedentes, a Odontologia espera confiante o parecer favorável sobre o projeto do piso salarial, do qual o deputado é relator.

Presidente da Frente Parlamentar de Saúde, o deputado Rafael Guerra se comprometeu a agendar uma audiência da Frente com o CFO. Composta por 167 deputados e 16 senadores, a Frente Parlamentar de Saúde representa um espaço na Câmara para debater projetos ligados à saúde.

Planos de Saúde na CPI

Atualmente, o vice-presidente da Frente, Henrique Fontana, está presidindo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde, instalada no dia 10 de junho, e, no encontro com o CFO, comentou que deve marcar uma audiência com a diretoria do conselho assim como fez com o Conselho Federal de Medicina. “Queremos ouvir o CFO porque faz parte do funcionamento da CPI ouvir profissionais de saúde para saber quais são suas principais queixas com relação aos planos”, explica Fontana.

Antigo aliado da Odontologia, o deputado diz já conhecer as principais reclamações da classe. “Sei que há uma queixa dos profissionais de que o tratamento odontológico é tratado pelos planos de saúde como um brinde para o paciente e isso é um desrespeito com o cidadão”, comentou. Em 1999, uma medida provisória excluiu da Lei 9.656/98 a obrigatoriedade da assistência odontológica nos planos de saúde e hoje, enquanto cerca de 40 milhões de pessoas têm planos particulares, apenas 2,5 milhões possuem planos odontológicos. Para reverter esta situação, Henrique Fontana prometeu fazer a sua parte: “Vamos fazer um grande esforço para que a Odontologia seja incluída pelo menos na maioria dos planos”.



Senadores Ramez Tebet (2o à esq.), Sérgio Zambiasi e Juvêncio da Fonseca com o vice do CFO e o pres. CRO-MS



Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho e Ramez Tebet com o pres. CFO



Deputada Alice Portugal recebe Ailton Rodrigues e Mário Ferraro



Diretoria do CFO fala com o pres. CPI dos Planos de Saúde, Henrique Fontana

De acordo com Henrique Fontana, “o objetivo da CPI é alterar ou aperfeiçoar a lei que regula os planos de saúde no Brasil”. A comissão será um espaço para discussões detalhadas do sistema suplementar de saúde, que movimenta, anualmente, cerca de R\$23 bilhões. Só para se ter uma idéia do seu tamanho, o orçamento

destinado à saúde é de R\$30,5 bilhões. Duas audiências já foram realizadas (uma com Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos, e outra com especialistas do Procon de São Paulo e do Ministério da Justiça) e, para o deputado, “confirmaram de forma contundente os motivos que levaram a instalação da CPI”.

Atenção nestes Projetos de Lei

PL 4556/94 (PLC 24/98) - Dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961. Fixando o piso em 988,41 (novecentos e oitenta e oito e quarenta e um centavos de URV, para 20 horas semanais). - Deputado Virmondos Cruvinel (PMDB/GO).

* Despacho: CTASP – CSSF - CCJR

* Última ação: 28.02.03 – CSSF - aguardando parecer do relator, Deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) – (61) 318-5518, dep.darcisioperondi@camara.gov.br.

PLC 79/02 (PL 3250/00) – Dispõe sobre a jornada de trabalho do Odontólogo (Cirurgião Dentista) da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais e dá outras providências. Reduzindo a jornada para quatro horas diárias. – Deputado Adolfo Marinho (PSDB/CE).

* Despacho: CCJ

* Última ação: 23.04.03 – CCJ – aguardando apreciação do parecer do relator, Senador Romero Jucá (PSDB/RR) –

(61) 311-2111, rjuca@senador.gov.br –, pela aprovação. Concedida vista ao Senador Tião Viana (PT/AC) – (61) 311-4546, tiaoviana@senador.gov.br –.

PL 6659/02 - Regula a indenização por má prática médica. Fixando a indenização decorrente de erro médico em cem (100) salários mínimos ou cinco (5) vezes o valor pago pelo paciente.- Deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS).

* Despacho: CSSF - CCJR

* Última ação: 16.05.03 – CSSF – aguardando parecer do relator, Deputado Jorge Alberto (PMDB/SE) – (61) 318-5723, dep.jorgealberto@camara.gov.br.

PL 65/03 - Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências. - Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) – (61) 318-5706, dep.arlindochinaglia@camara.gov.br.

* Despacho: CSSF - CECD - CCJR

* Última ação: 02.04.03 - CSSF - aguardando parecer da relatora, Deputada Angela Guadagnin (PT/SP) – (61) 318-5270, dep.angelaguadagnin@camara.gov.br.



Formandos de Odontologia durante o Provão 2003

No dia 8 de junho, cerca de 435 mil estudantes – destes, 8.500 de Odontologia – fizeram o último Exame Nacional de Cursos (Provão) nos moldes em que foi criado em 1996. A partir do próximo ano, tanto o exame como as outras avaliações do MEC do ensino superior (Avaliação das Condições de Ensino, Avaliação Institucional e o Censo da Educação Superior) devem ser reestruturados.

Instituído através da Lei nº 9.131, o Provão é obrigatório para todos os estudantes que se formam nas 26 carreiras avaliadas, uma vez que representa uma condição para que obtenham o diploma.

Desde que passou a ser avaliado, há sete anos, o curso de Odontologia é o que possui o maior índice de participação no Provão, entre todas as áreas examinadas, com uma média de apenas 0,1% de provas entregues em branco. No ano passado, a Odontologia também obteve o segundo maior percentual de cursos entre os conceitos A e B (33,6%) – de uma escala de A a E –, ficando apenas atrás de Química (34,6%). No entanto, se o decreto nº 3.860 – que dispõe sobre a avaliação de cursos e instituições do ensino superior – fosse realmente cumprido, pelo menos três faculdades de Odontologia já deveriam ter sido desativadas.

Segundo o decreto, de 9 de julho de 2001, “os cursos de graduação que tenham obtido, reiteradamente, desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP, terão seu reconhecimento suspenso mediante ato do Poder Executivo”. Até hoje, porém, nenhum curso foi fechado – nem de Odontologia, nem

de qualquer outra profissão, aliás –, ainda que muitos tenham péssimos conceitos em várias edições seguidas do Provão, o que fez com que a avaliação ficasse desacreditada não só pelos estudantes, como também pelas universidades e entidades profissionais.

“O Provão não está se prestando ao que veio. Quando foi criado, o seu objetivo era avaliar os cursos universitários e caso algum tivesse um mau desempenho por três anos consecutivos seria fechado. No entanto, até hoje, nenhum curso foi desativado e os péssimos desempenhos continuam”, reclama um dos sete integrantes da Comissão de Avaliação do Curso de Odontologia do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), professor da UNB e ex-presidente do CRO-DF, Orlando Ayrton de Toledo.

Ainda que nenhum curso tenha sido fechado, segundo o INEP, a procura pelos cursos com conceito D ou E caiu 30%, enquanto as inscrições nos vestibulares de faculdades com conceitos A ou B cresceu 5%.

Médias baixas e conceitos altos

O critério de distribuição dos conceitos no Provão também tem sido muito

questionado, uma vez que independe da nota média ser alta ou baixa. A partir de uma média geral de cada área e das dispersões destas médias, é calculado o desvio-padrão, que permite a distribuição dos desempenhos numa escala de A a E. Ou seja, se uma instituição obtiver o conceito A não significa que tenha alcançado um ensino de excelência e sim que a média do seu curso é superior à média geral de todas as instituições. No ano passado, por exemplo, em Engenharia Mecânica a média dos formandos foi 21,5 (numa escala até 100) e, por isso, bastava uma instituição conseguir uma nota acima de 31,5 para obter o conceito A. Em 2002, o curso de Odontologia foi o único que alcançou uma média geral superior a 50, o que prova que os alunos das outras áreas estão abaixo de uma nota considerada mediana, ainda que seus cursos tenham obtido conceito A no exame.

“A prova deveria ser mais séria”

O desestímulo dos alunos para fazer a prova pode ser a causa para notas tão baixas. Para receber o diploma, os estudantes são obrigados a estar presentes no dia do exame, mas podem deixar a prova

em branco ou respondê-la apenas durante os noventa minutos que devem permanecer na sala. Para o estudante de Odontologia da USP Ricardo Tanaka, que acaba de fazer o Provão deste ano, o bom desempenho do aluno deveria ser cobrado. “A prova deveria ser mais séria e cobrar mais resultados na faculdade e do aluno. Talvez devesse ser como o exame da OAB, que condiciona o exercício da profissão ao bom desempenho”, afirma Tanaka.

Já o aluno da UFRJ, Vinícius Lima, que também fez esta última edição do exame, a prova avalia apenas conhecimentos básicos. “O Provão cobra do estudante o mínimo que um cirurgião-dentista deveria saber ao sair da faculdade. São exigidos apenas os conhecimentos básicos e, por ser apenas teórico, não é a forma ideal de avaliar um curso essencialmente prático como a Odontologia”, argumenta Lima.

O professor Orlando Ayrton de Toledo também questiona os critérios de avaliação que, segundo ele, não consegue avaliar as produções científicas dos alunos. “Acredito que os critérios poderiam ser mais sérios e avaliar o que os estudantes efetivamente produzem ao longo do curso”, comenta Orlando Ayrton.

Conscientização ou alienação?

Já o fato de a Odontologia ser destaque no Exame Nacional de Cursos tanto pelas boas notas como pela quase ausência de boicotes é explicada por Orlando Ayrton pela conscientização dos alunos do curso de que um bom conceito pode beneficiá-lo. “Se a nota do aluno for boa e sua faculdade tiver um bom conceito, ela será reconhecida no mercado e o estudante que sair dela também.

Se o conceito for ruim, também será ruim para o aluno. Acho que os alunos da Odontologia estão conscientes que o Provão pode trazer benefícios”, afirma Orlando Ayrton.

A opinião do professor, porém, não é compartilhada por alguns alunos, que acreditam que a ausência de boicotes, por exemplo, ao contrário de ser fruto de uma conscientização, é devido à falta de politização dos estudantes do curso.

“Alguns falam em boicotar a prova, mas nunca é uma manifestação política muito rigorosa. Muitos não concordam com a avaliação, mas acabam fazendo o exame para se auto-avaliar e ver como está diante dos outros formandos do curso”, comenta Tanaka.

“Acho que a Odontologia é uma profissão muito individualista e o aluno já na faculdade adquire este perfil, por isso, acredito que não exista uma politização entre os estudantes do curso”, diz Lima.

Os três, entretanto, concordam que a avaliação do corpo docente das faculdades seria fundamental para uma análise eficaz dos cursos. Segundo Tanaka, “a boa formação do professor, seus títulos e sua boa didática são muito importantes para manter a boa qualidade do ensino”.

Diante de tantas falhas e polêmicas, o MEC criou uma comissão, em conjunto com o INEP, para discutir e reformular já para o próximo ano todo o sistema de avaliação do ensino superior. De acordo com o presidente do INEP, Otaviano Helene (leia sua entrevista à pág. 15), as avaliações são ainda muito frágeis e devem ser aperfeiçoadas para evitar tantas falhas. A comissão promoverá audiências para debater o assunto entre diversos setores da sociedade e apresentará, até o final de agosto, as conclusões deste trabalho.

ANA FREITAS

Faculdades que se destacaram

Os cursos de Odontologia são avaliados desde a segunda edição do Provão e, de lá para cá, enquanto alguns cursos melhoraram seus conceitos, outros pioraram. No entanto, algumas faculdades se destacaram por alcançar o conceito A por várias edições consecutivas do exame. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, por exemplo, é a única que, desde 96, obtém o conceito mais elevado da avaliação.

Já a UNB teve o conceito A em cinco edições; a Universidade Estadual de Londrina e a USP de Ribeirão Preto em quatro; e a PUC-RS e a USP de Bauru em três. Os resultados do Provão deste ano, o último que seguirá os mesmos moldes de quando foi criado, devem ser divulgados em novembro e, a partir do próximo ano, deve ser realizada uma avaliação mais completa e unificada do ensino superior brasileiro.

Marcia Foletto



A FO-UFMS é a única com nota A desde a primeira avaliação

As atuais formas de avaliação do ensino superior

O Exame Nacional de Cursos (Provão), atualmente, não é o único mecanismo utilizado pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior no País. Além dele, o ensino superior é submetido a outras três

avaliações feitas pelo INEP – um dos órgãos de avaliação da educação brasileira: a Avaliação das Condições de Ensino, a Avaliação Institucional e o Censo da Educação Superior.

A Avaliação das Condições de Ensino

Emmanuel Pinheiro

(ACE) analisa a situação dos cursos de graduação que já existem, no local onde eles são ministrados, considerando três paradigmas: a qualificação do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instala-

ções físicas. A ACE é um dos instrumentos utilizados pelo Ministério da Educação para reconhecer ou renovar o reconhecimento do curso e é realizada periodicamente por uma comissão de professores. Segundo o presidente do INEP, Otaviano Helene, “a ACE, ao contrário do Provão, permite que os cursos, as instituições, as mantenedoras e o Ministério da Educação identifiquem os pontos fortes e fracos, as potencialidades e eventuais omissões, abrindo possibilidades concretas para a tomada de medidas políticas, acadêmicas e administrativas capazes de assegurar a qualidade no ensino superior”.

Já através da Avaliação Institucional, a instituição recebe autorização para iniciar ou manter o seu funcionamento ou mudar a sua natureza administrativa de instituto de ensino su-

perior isolado para centro universitário ou universidade. Ela é realizada quando uma instituição entra com um pedido de credenciamento ou recredenciamento do curso e engloba também cursos de pós-graduação, de pesquisa e extensão, também levando em conta o corpo docente, a organização institucional e as instalações físicas gerais.

Por último, o Censo da Educação Superior levanta, anualmente, dados quantitativos do ensino superior (incluindo cursos de graduação realizados à distância). As instituições de ensino respondem ao questionário através da internet e, a partir dos dados coletados o Ministério da Educação procura visualizar as tendências, por exemplo, à diversificação e expansão de cursos.



Além da Provão, outras três avaliações serão reformuladas

Mário Dourado Queiroz Pres. CRO-BA

O novo presidente do CRO-BA, Mário Dourado Queiroz, é formado pela UFBA, tendo se especializado em Endodontia. Nesta entrevista, ele fala de desafios, Cárie Zero, informatização dos Conselhos, excesso de faculdades e governo Lula.

fotos: Descrição da Imagem



Poderia citar os principais desafios de sua gestão?

A luta pelo resgate da nossa dignidade profissional, partindo de uma rígida fiscalização das operadoras de planos de saúde. Pretendemos também aprimorar o processo de interiorização do CRO-BA e efetivar uma maior participação política nos projetos de interesse da classe. Em relação aos convênios, vamos lutar por uma remuneração digna, e o respeito às condições legais para o exercício profissional, fazendo com que o cirurgião-dentista seja o ator principal, e não mais coadjuvante nesta relação. Vamos apoiar uma maior inserção dos CDs nas equipes do PSF. Outro desafio é ampliar o acesso da população carente aos serviços odontológicos, hoje bastante restrito.

Governo e Congresso Nacional estão apoiando o Cárie Zero. De que forma o CRO-BA poderia contribuir com esta ação?

Estamos buscando ampliar a integração com todas as entidades odontológicas regionais, com as instituições governamentais e não governamentais de nosso estado, parlamentares e com a própria comunidade odontológica. Ao apoiar a inserção do CD nas equipes do PSF, projeto SB2000, Programa de Interiorização do Profissional, demonstramos a preocupação deste Regional em relação à saúde bucal do brasileiro.

A integração informatizada dos Conselhos facilitou a sua administração?

Sim. Hoje não temos só a sede interligada ao CFO, mas também as sete delegacias. O sistema integrado permite a tomada de decisões e, conseqüentemente, ações com maior rapidez, desburocratizando boa parte do processo administrativo.

Como está a concentração de faculdades e profissionais no seu estado?

Dos cinco cursos de Odontologia em funcionamento, três, por serem recentes, ainda não lançaram profissionais no mercado. A perspectiva para os próximos anos é sombria. No estado, anualmente se formam 180 CDs. Quando as novas faculdades começarem a colocar profissionais no mercado, vamos saltar para 540, fora as novas inscrições (por transferência) de outros estados, que hoje alcançam uma média de 320 CDs por ano.

Qual sua expectativa para a Saúde no governo Luiz Inácio da Silva?

Na saúde o quadro é lamentável, mas o atual governo já sinalizou preocupação quanto à saúde bucal da nossa população, apresentando um programa mínimo de intervenções. A expectativa aumentou quando no dia 11 de abril, em solenidade promovida pelo CFO, ouvi do ministro Humberto Costa a sua preocupação em relação à saúde bucal do brasileiro.

Como o sr. vê o contato das entidades odontológicas com parlamentares e governantes, no sentido de aprovar leis e viabilizar programas voltados para a saúde bucal?

Acreditamos que, com a participação das entidades odontológicas, dos parlamentares (independente de que partido pertençam) e do próprio governo, teremos um grande avanço dos programas de saúde bucal em defesa da população para acessar os serviços públicos odontológicos, quer preventivos, quer curativos.



FALE COM O PRES. DO CRO-BA
croba@croba.org.br

Emil Adib Razuk Pres. CRO-SP

Emil Razuk possui larga experiência política. Ex-deputado estadual (1974-78) e ex-integrante dos governos Laudo Natel (1971-75) e Paulo Maluf (79-82), o presidente do CRO-SP é autor do projeto de lei – tornado decreto estadual – que normatizou a fluoretação das águas de abastecimento em seu estado.



Quais os principais desafios de sua nova gestão?

Dar continuidade aos programas estabelecidos na gestão anterior, ou seja, simplificar rotinas e exigir o cumprimento das metas. Mas também promover a valorização da odontologia, cuidar da saúde da família odontológica, incluindo cirurgiões-dentistas, técnicos em prótese dentária, auxiliares, faxineiros de consultórios e universitários, dando prosseguimento aos programas de vacinação. Para a população, criamos o Programa de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal, que já atendeu 10.786 pessoas. Outro desafio foi no campo jurídico, lutando contra o excesso de impostos e taxas, como a de lixo domiciliar e de consultório, além de administrar bem as 44 Seccionais.

Governo e Congresso estão apoiando o Cárie Zero. De que forma o CRO-SP poderia contribuir com esta ação?

Fome Zero, Cárie Zero, Tolerância Zero são excelentes programas que apoiamos, mas se esvaíram no tempo se não houver planejamento, eficiência, vontade política e competência para geri-los. O CRO-SP já vem batalhando para a fluoretação total das águas de consumo em todos os municípios do estado e desenvolvendo ações políticas para instalação e ampliação do PSF na área odon-

tológica. Contribui também com divulgação de material didático em escolas e exibição de mensagens na TV Cultura.

A união das entidades odontológicas contribui para a conquista de espaço político para a profissão?

Se a união faz a força, é evidente que o trabalho conjunto irá contribuir para alargar o espaço político. Como exemplo, cito a recente posse dos novos conselheiros e da diretoria do CRO-SP, realizada na Assembléia Legislativa de São Paulo. Governo estadual e prefeitura estiveram presentes, bem como o Conselho Federal de Odontologia, através de seu secretário-geral, Marcos Santana, as Associações de Classe, Sindicatos e outros líderes da odontologia paulista. Houve ali um amplo relacionamento com a classe política, abrindo-se portas para a conquista de espaço para a profissão.

A integração informatizada dos Conselhos facilitou a administração?

É evidente que sim. Sem informatização torna-se difícil administrar um Conselho com mais de 70 mil inscritos. Controle de tesouraria, registro, andamento de processos, transferências, comunicação, tudo depende da informática.

Como está a concentração de faculdades e profissionais em seu estado. Qual a sua opinião a respeito?

O estado de São Paulo possui 47 faculdades de odontologia, sendo 10 na capital, contando com 13.157 alunos e 3.411 professores.

Qual sua expectativa para a saúde no Governo Luiz Inácio Lula da Silva?

Esse governo tem tudo para dar certo, pois foi amplamente votado, é popular, de esquerda, com bons quadros e muita expectativa. Está em lua de mel com a sociedade. Só o tempo dirá se a maciça propaganda subliminar irá transformar-se em realidade, gerar empregos e aumentar a renda. Esperamos que sim.



FALE COM O PRES. DO CRO-SP
presidente@crosp.org.br

Descrição da Imagem



Fernando Gueiros, presidente da Federação Nacional dos Odontologistas (FNO)

Pela redução da jornada federal

trabalho do cirurgião-dentista do serviço federal?

Na verdade, a idéia desta lei surgiu após a tramitação do projeto do duplo vínculo empregatício. O raciocínio era o seguinte: com a jornada diária de 6 horas, ficaria impossível para o CD acumular um segundo emprego, afinal, na prática isso significaria 12 horas diárias! É o famoso caso do ganha-mas-não-leva. Para que isso não acontecesse, em 2000 o vice-presidente da FNO, Jorge Elleri, apresentou um anteprojeto ao deputado federal Adolfo Marinho (PSDB-CE), que, aliás, é seu paciente particular. O deputado abraçou a causa e assumiu a autoria do projeto, que ganhou o número 3250/2000. O texto era bem amplo. Foi preciso retirar alguns trechos, como a referência às Forças Armadas, pois estes argumentaram que não poderiam mexer na carga horária. Feitas as adaptações, o PL 3250/00 (hoje 79/02) foi aprovado em todas as comissões, na Câmara e no Senado. Agora, está para ser votado. E temos que registrar o quanto foi decisiva a participação do Conselho Federal de Odontologia. O projeto de lei pode ter nascido da iniciativa da FNO, mas passou a ser de todos. A aprovação de um PL só é

possível com a participação de todas as entidades. A questão da paternidade é uma questão menor. A ajuda que nós temos hoje do CFO, por exemplo, nunca houve antes. Costumo dizer, inclusive, que o Miguel Nobre não é um amigo, é um irmão. Miguel, hoje, é uma unanimidade na classe, ele realmente consegue unir todos em torno de projetos comuns. Em relação à votação dos projetos de lei, é evidente que o CFO tem mais poder para pressionar, tem um lobby poderoso no Congresso Nacional. Portanto, não teríamos o duplo vínculo sem a ajuda do CFO. E agora, depois do duplo vínculo, precisamos que a redução da jornada (no serviço federal) seja aprovada.

“Depois do duplo vínculo, precisamos agora que a redução da jornada (no serviço federal) seja aprovada”

Depois da 2ª Aneo, a Odontologia do trabalho passou a ser uma especialidade reconhecida por lei. Qual o melhor caminho, agora, para tornar obrigatória a contratação de CDs pelas empresas: projeto de lei ou

portaria ministerial?

Eu acredito no projeto de lei. Uma portaria não seria suficiente. Medicina do Trabalho existe através de um PL. Nós, da FNO, apresentamos ano passado uma sugestão, através da Comissão de Legislação Participativa (Nota da Redação: para

onde são encaminhados os anteprojetos oriundos de entidades civis). O relator, deputado José Aristodemo Pinotti (PMDB-SP), deu parecer favorável. A partir daí, a Sugestão 46/02 será levada a uma comissão específica, quando será escolhido um deputado para encampá-la como autor, transformando-a em PL (N. R.: em 24/04/03 a Comissão de Legislação Participativa, sob a presidência do deputado Henrique Alves – PMDB/RN – aprovou por unanimidade o SUG 46/02).

A aprovação da Odontologia do Trabalho na 2ª Aneo foi, na verdade, uma vitória relativa, porque ainda não há mercado. A especialidade tem de estar regulamentada pelo Ministério do Trabalho. Além disso, vejo com preocupação o perfil atual dos cursos nessa área, que vêm sendo ministrados por algumas entidades. Há uma ênfase exagerada na ergonomia, por exemplo. Defendo um perfil diferenciado, que inclua noções de Direito, de perícia. Ergometria é importante, mas não pode ocupar o espaço de outras questões que são muito mais essenciais ao profissional do trabalho. É preciso que tenhamos claro que o curso de Odontologia do Trabalho tem de especializar um CD no atendimento a operários, portanto é preciso conhecer bem a legislação trabalhista, entre outros assuntos. É aquela história: criamos o profissional mas não criamos o mercado. Temos que sanar este problema.

O presidente da Federação Nacional dos Odontologistas, Fernando Gueiros, é um militante que sabe advogar como poucos em defesa da causa odontológica. Não deve ser por acaso, aliás, que sua segunda profissão é o Direito. Em seu segundo mandato à frente da FNO – cargo que divide com o de presidente do Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Pernambuco –, Gueiros traz no currículo ações afirmativas no Congresso Nacional, como o projeto de lei que reduz para quatro horas diárias a jornada do CD do serviço federal, prestes a ser votado.

Modestamente, o presidente da FNO divide os méritos dessa ação com entidades como o CFO. “A conquista não é de A nem de B, mas de toda categoria, são todos que ganham, é isso que importa”, afirma nesta entrevista, na qual explica a importância de se aprovar também leis como a que regulamenta o curso de Odontologia do Trabalho, vinculando-o ao Ministério do Trabalho e do Emprego.

Qual a importância de se aprovar no Congresso Nacional a redução para quatro horas diárias na jornada de

Por uma carga horária mínima em graduação

No segundo semestre, audiência pública com Conselho Nacional de Educação, entidades odontológicas e faculdades discutirá o assunto, conforme solicitação do ministro da Educação

Há um ano, a formulação de uma carga horária mínima para a graduação em Odontologia vem mobilizando diversos setores da categoria, desde entidades de classe até faculdades. Tudo começou em março de 2002, quando o Diário Oficial da União publicou resolução da Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação com a proposta de “flexibilizar” as diretrizes curriculares nacionais no tocante à duração de cursos e carga horária.

Entendendo que a resolução abria a

possibilidade de se estipular uma carga mínima de 3.600 horas, e que tal número seria incompatível com uma boa formação acadêmica e profissional, diversas entidades odontológicas enviaram ao Conselho Nacional de Educação ofício pleiteando que a carga mínima seguisse a média nacional de 4100 horas/aula, apontada por estudo da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno).

A favor da resolução da CES/CNE ficou o Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras, que defende carga de 3 mil horas ou a não fixação de carga mínima. O presidente da Abeno, Antônio César Carvalho Perri, embora reconheça nesta postura uma política flexível que visa preservar a autonomia das faculdades, faz um alerta: “Nosso medo é que isso seja usado em favor de interesses puramente empresariais”.

Doze meses depois da publicação da

resolução no Diário Oficial da União, CES/CNE envia para o Ministério da Educação proposta de redução da carga horária da graduação em Odontologia para 3 mil horas (em 3 anos), desconsiderando o ofício com o estudo da Abeno enviado há um ano e assinado por diversas entidades de classe, entre elas o Conselho Federal de Odontologia.

No dia 12 de maio, em audiência no MEC, a Abeno entrega ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, o estudo que defende carga mínima de 4100 horas na graduação. Ao mesmo tempo, conclama as faculdades a se manifestarem pelo atendimento desta reivindicação. A resposta veio rápida. Duas semanas depois, em audiência na Secretaria de Ensino Superior, a Abeno é informada que o ministro da Educação encaminhou a proposta ao CNE, solicitando a realização de uma audiência pública, no segundo semestre, com a presença do

CNE e todas as entidades envolvidas com a graduação em Odontologia. De acordo com o presidente da Abeno, Antônio Perri, o presidente da Câmara de Educação Superior do CNE, Efreim Maranhão, foi bastante receptivo e confirmou o interesse na audiência e no debate.

O fato é que a resolução enviada ao MEC em março poderia se transformar em parecer ministerial não fosse a pressão exercida pelas entidades odontológicas e as faculdades. “Barrar a homologação pelo MEC da carga mínima de 3000 horas já foi uma meia vitória para a classe”, afirma Perri.

No dia 3 de junho, em outra audiência no MEC com a presença de representantes da classe odontológica, o ministro Buarque se manifestou novamente sobre o assunto. Segundo a representante do CFO, Graciara Azevedo, ele se disse contrário à redução da carga horária na graduação.

Fluoretação na água de abastecimento deverá ser mantida

fotos: Márcia Gouthier

Governo Federal e entidades odontológicas entregam a deputados parecer contrário à eliminação do flúor nas águas de abastecimento.

Provavelmente, muitos cirurgiões-dentistas não sabiam, mas a lei que dispõe sobre a fluoretação da água em sistema de abastecimento (quando existir estação de tratamento) esteve sob risco de ser revogada. O autor da idéia, ou melhor, do projeto de lei 510/03, deputado federal Carlos Souza (PL-AM), escreveu uma longa justificativa na qual aponta a fluoretação como fruto de um “equivoco científico”. A resposta foi imediata: governo federal e diversas entidades ligadas ao tema, convencidos de que estavam diante de uma iniciativa parlamentar com potencial para produzir efeitos negativos sobre a já combatida saúde bucal dos brasileiros, decidiram elaborar juntos um parecer a fim de alertar a sociedade – e o próprio parlamentar – sobre o gravíssimo retrocesso representado pela revogação da Lei 6.050/74.



Representantes do Ministério da Saúde e da Odontologia nacional com o relator Francisco Gonçalves (ao centro)



Gilberto Pucca entrega parecer ao deputado Carlos Souza, observado por Miguel Nobre e Nilo Pires



Presidente do CFO reafirma defesa da fluoretação nas águas



Vice Ailton Rodrigues argumenta com o relator do polêmico projeto

No dia 25 de junho, o presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, o vice, Ailton Diogo Rodrigues, o representante da ABO Nacional, Nilo Celso Pires, e o coordenador de saúde bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, entregaram ao deputado Carlos Souza (PL-AM), em Brasília, parecer assinado pelos Ministérios da Saúde e das Cidades sobre o Projeto de Lei 510/03. O documento também foi entregue ao relator da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, deputado Francisco Gonçalves (PTB-MG). Também participaram das audiências representantes de várias entidades de classe.

Entidades odontológicas assinam parecer

O parecer expressa o posicionamento contrário do Poder Executivo federal em relação ao Projeto e foi elaborado com a participação de diversas entidades representativas dos segmentos de odontologia - além do CFO, assinam o parecer Associação Brasileira de Odontologia, Associação Brasileira de

Odontologia de Promoção da Saúde, Federação Nacional dos Odontologistas e Federação Interestadual dos Odontologistas -, saneamento, meio ambiente e saúde pública. No PL 510/03, além de propor a revogação da Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, o parlamentar alega que a adição de flúor à água, quando em nível elevado, provoca fluorose, doença óssea caracterizada pelo surgimento de manchas e estrias escuras nos dentes.

O parecer do Governo, entretanto, contra-argumenta com a posição oficial da IADR (International Association for Dental Research), expressa em 1999: "... assinalando que um grande número de países e organizações internacionais de saúde endossa a fluoretação das águas de abastecimento; então, endossamos plenamente e recomendamos fortemente a adoção dessa medida para melhorar a saúde bucal dos povos". O documento, que tem também a assinatura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, observa que o deputado apresentou seu projeto de lei no Congresso Nacional mesmo sem

consultar uma única entidade odontológica, de saneamento ou de saúde pública com representação nacional. "A excelência brasileira nesse campo houvera sido simplesmente ignorada", diz o texto, que apresenta uma farta lista com citações bibliográficas para embasar suas contra-argumentações. Detalhe: em sua justificativa, o deputado cita pesquisas sobre variações na dosagem de flúor da água distribuída em Bauru (SP) realizadas pela Dra. Marília Afonso Rabelo Buzalaf, da Faculdade de Odontologia da USP; no entanto, a professora é favorável à continuidade e expansão da fluoretação das águas de abastecimento público no Brasil.

"PL será rejeitado por unanimidade"

Durante a audiência, o deputado Carlos Souza justificou sua iniciativa: "Não tenho interesse em radicalizar, mas, sim, suscitar a discussão sobre a fluoretação ou não da água, sobre os

benefícios e malefícios". Já o relator Francisco Gonçalves acredita que o PL será rejeitado por unanimidade na Comissão de Seguridade. "O Projeto vai na contramão de tudo o que conhecemos a respeito dos benefícios do flúor", comentou.

No parecer, o Governo corrobora a preocupação do autor do PL quanto à necessidade de atuação dos órgãos de vigilância sanitária para detectar produtos com altíssima concentração de flúor, impedindo sua distribuição e consumo. Porém, ressalta que isso não é motivo para a revogação da Lei 6.050. "O flúor é fundamental para a redução de cáries no país, principalmente porque 32 milhões de brasileiros nunca foram ao cirurgião-dentista e só têm esse método para prevenir a cárie", afirmou Miguel Nobre.

O PARECER COMPLETO PODE SER LIDO ATRAVÉS DO SITE DO CFO
www.cfo.org.br

Signatários do parecer

Ministério da Saúde – Área Técnica de Saúde Bucal

Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde

Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Opas – Org. Panamericana de Saúde
Sec. de Estado da Saúde de São Paulo
Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul

CFO – Conselho Federal de Odontologia

ABO – Assoc. Brasileira de Odontologia

Aboprev – Associação Brasileira de Odontologia de Promoção da Saúde

FIO – Fed. Interest. dos Odontologistas

FNO – Fed. Nac. dos Odontologistas

Abes – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Aesbe – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais

Assemac – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento

Caesb – Companhia de Água e Esgoto de Brasília

Corsan – Companhia Riograndense de Saneamento

Abrasbuco – Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva

Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Grupo técnico de fluoretação

Gilberto Alfredo Pucca Junior – Área Técnica de Saúde Bucal/MS

Renato Rocha Fonteles – Área Técnica de Saúde Bucal/MS

Paulo Capel Narvai – Comitê Técnico Científico de Assessoramento/ATSB/MS

Oswaldo Carro Buendia – Consultor de Fluoretação/MS

Nolan Ribeiro Bezerra – Fundação Nacional da Saúde/MS

Márcia Oliveira – Fundação Nacional da Saúde/MS

Isaias S. Pereira – Fundação Nacional da Saúde/MS

Osman de Oliveira – Fundação Nacional da Saúde/MS

Marinaldo da Silva Valente – Fundação Nacional da Saúde/MS

Mariely Helena Barbosa Maciel – Fundação Nacional de Saúde/MS

Sergio A. Gonçalves – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MC

Maria Carmen Braga - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MC

Jorge Sayde – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Jacira Azevedo Cândia – Organização Panamericana de Saúde

Leonor Cristina Tochetto Silveira – Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul

Denise M. E. Formaggia – Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo

Ailton D. Morilhas Rodrigues – Conselho Federal de Odontologia

José Alberto Cabral Botelho – Conselho Federal de Odontologia

Luiz Roberto Craveiro Campos – Associação Brasileira de Odontologia

Sonia Groisman – Associação Brasileira de Odontologia de Promoção de Saúde

Fausto Ribeiro Tancredi – Federação Interestadual dos Odontologistas

Armando Souza Dourado – Federação Nacional dos Odontologistas

Getúlio Martins - Assoc. Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Armando Perez Flores – Associação das Empresas de Saneamento Básico

Estaduais

Silvano Silvério da Costa – Associação Nacional dos Serviços Municipais de

Saneamento

Norma Lucia de Carvalho – Cia. de Água e Esgoto de Brasília

Marinho Emilio Graff – Companhia Riograndense de Saneamento



Deputado Carlos Souza recebe o cumprimento de Miguel Nobre

IV Congresso Paraibano de Odontologia e I Congresso Internacional de Odontologia da Paraíba

31 de julho a 3 de agosto de 2003

João Pessoa - PB

Tema Oficial: "Odontologia: equilíbrio entre ciência, técnica e tecnologia"

Informações: (83) 224-8232

E-mail: abopb@zaz.com.br

VII Congresso Internacional de Odontologia do Paraná

20 a 23 de agosto de 2003
Curitiba - PR

Tema Oficial: "Clínico Geral: a realidade da Odontologia"
Informações: (41) 362-2321
E-mail: abo@abopr.com.br

VIII Congresso Paulista de Técnicos em Prótese Dentária

22 a 24 de agosto de 2003
São Paulo - SP

Informações:

www.apdesp.org.br ou pelo telefone: 0800.770.7899 (ligação gratuita)

2º Congresso Internacional de Odontologia ABO Nacional

1º a 4 de outubro de 2003
Foz do Iguaçu - PR

Informações:

telefax (11) 5083.4000

E-mail:

abonacional@uol.com.br

2º Fórum Internacional de Saúde Bucal

12 a 15 de novembro de 2003

Campo Grande - MS

Tema: "Saúde Bucal - ação e ordenamento contra a exclusão e a precarização"

Informações: tel. (67) 341-6900/fax 341-6990

E-mail: fisb@opec-eventos.com.br

Simpósio Internacional de Ortopedia Funcional dos Maxilares e Ortopedia

26 a 30 de agosto de 2003

Canela - RS

Informações:

tel/fax (51) 3334-9999

E-mail:

simposio2003@sobracom.com.br

ou www.sobracom.com.br

8º Congresso Odontológico Latino-Americano

17 a 20 de setembro de 2003

Porto Alegre - RS

Informações:

tel/fax (51) 3345-2310/

3374-5248/3337-0214

E-mail:

sobracid@terra.com.br ou

www.sobracid.com.br

17º Congresso Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Bucal-Maxilo-Facial

3 a 5 de setembro de 2003

Gramado - RS

Informações: tel/fax: (51)

3330-9766 ou pelo

www.bucomaxilo.org.br

NOTAS

CTBMF preservada

Em uma resolução publicada no dia 14 de fevereiro, o Conselho Federal de Medicina (CFM) alterou a denominação da especialidade de cirurgia de cabeça e pescoço, cirurgia plástica e otorrinolaringologia, antes chamada de "cirurgia buco-maxilo-facial", para "cirurgia crânio-maxilo-facial". A resolução foi motivada por um encontro, no dia 24 de janeiro entre o Conselho Federal de Odontologia e a diretoria do CFM, que também contou com a presença do presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Bucal-Maxilo-Faciais e conselheiro do CFO, Emanuel de Oliveira e Silva. Naquela data, o CFM se comprometeu a respeitar a área de atuação e a autonomia do cirurgião-dentista especializado em CTBMF. A íntegra da resolução CFM 1.659/2003 está na página do CFO na internet.

Arquivos digitais ganham validade jurídica

Com o objetivo de esclarecer a categoria sobre as mudanças trazidas pela Medida Provisória 2200-2, que dispõe sobre validação jurídica de documentos digitais, o CRO-RS realizou em 9 de maio, em Porto Alegre, o Fórum Legalidade dos Arquivos Digitais. Em uma das oficinas de trabalho, o consultor André Lemos, de Belo Horizonte, autenticou documentos com Fé Pública, assinatura digital e identificação biométrica; já os técnicos do Serpro apresentaram exemplos de certificação digital.

Entre os conferencistas, participaram o diretor da Autoridade Certificadora Serpro, José Henrique Portugal; pelo 8º Cartório de Notas de Belo Horizonte, André Lemos; pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS), Marcelo Lúcio da Silva; pelo CRO-RS, Cléber Bidegain Pereira (coordenador do evento) e Vinícius Dutra; e pelo CFO, o chefe do Centro de Processamento de Dados da autarquia, Luciano Barreto.

Joinville, um exemplo

A cidade de Joinville, em Santa Catarina, com 461 mil habitantes, entrou em contato com o CFO para divulgar sua "singela colaboração" para o Cário Zero. Segundo a Área

Técnica de Saúde Bucal do município, atualmente 98 Equipes de Saúde Bucal prestam atendimento ambulatorial entre postos de saúde e escolas. Além disso, todas as 190 instituições públicas de ensino fundamental têm acesso garantido aos serviços de odontologia, abrangendo 44 mil crianças e adolescentes. A Área Técnica lançou ainda o "Placar da Escovação", visando resgatar a lei municipal (de 1994) que torna obrigatória a escovação bucal diária para alunos que frequentam as escolas públicas municipais. O "Placar" divulga duas vezes ao ano, na mídia local, o nome das escolas participantes.

Saúde suplementar em discussão

Entre os dias 25 e 27 de junho, foi realizada em Brasília a primeira das três etapas do Fórum de Saúde Suplementar, organizado pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Conselho Nacional de Saúde (CNS). Um dos objetivos do Fórum é fazer um balanço do impacto da Lei 9656/98, que regulamenta o setor, cinco anos após a sua aprovação. Aberto pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, o Fórum contou com a participação de representantes de entidades ligadas à defesa do consumidor, operadoras de planos de saúde, órgãos de governo e instituições ligadas à área científica, como o CFO que esteve representado por seu presidente, Miguel Nobre, pelo vice, Ailton Rodrigues, e pelos conselheiros José Mário Moraes (presidente da Comissão do CFO que trata das operadoras de saúde) e Elphego Wanderley Júnior.

Concursos para especialistas

Os concursos para registro e inscrição como especialista começaram, sob coordenação do CFO, nos dias 26 e 27 de junho. Nesta data foi realizado, simultaneamente em 21 capitais, o exame para Disfunção Têmporo Mandibular e Dor Orofacial. A agenda dos concursos é a seguinte: Odontogeriatrics, 3 e 4/07; Odontologia do Trabalho, 11/07; Odontologia para pacientes com necessidades especiais, 17 e 18/07; Ortopedia funcional dos maxilares, 23 a 25/07. Mais informações no site www.cfo.org.br

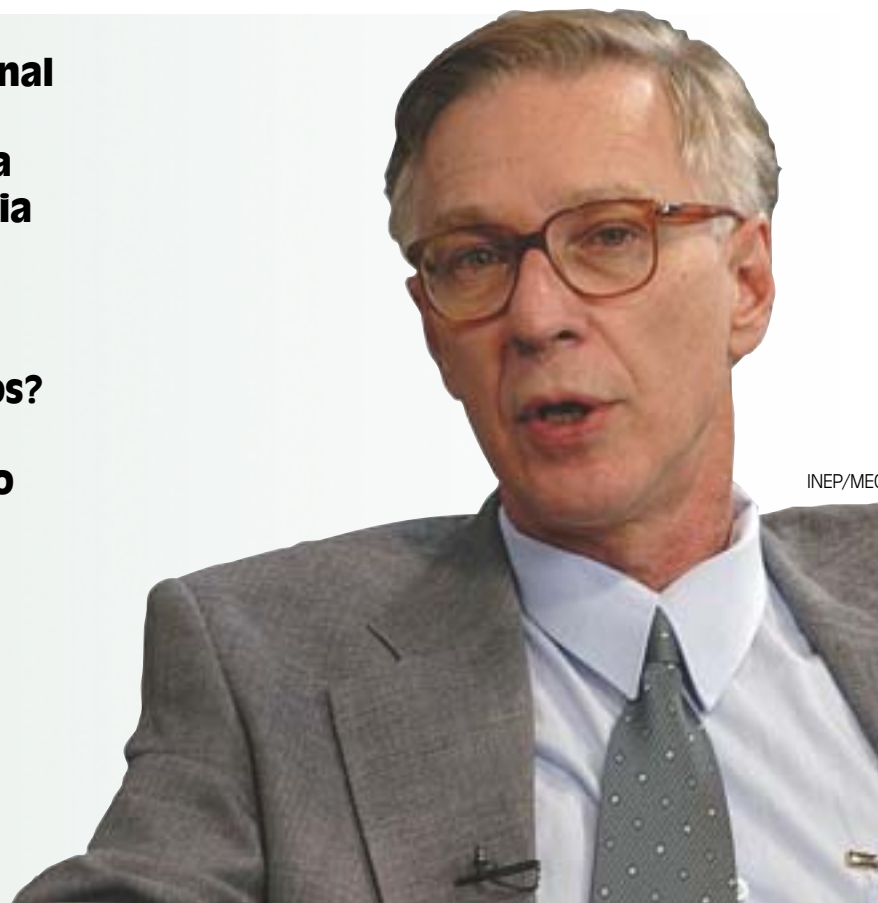
Otaviano Helene, presidente do INEP/MEC

Reformulando a avaliação superior

Otaviano Helene, novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é o profissional certo, no lugar certo, na hora certa. Afinal, quem melhor para dirigir esta autarquia do Ministério da Educação – responsável pelos levantamentos estatísticos e avaliações educacionais no país – do que um professor universitário com atuação nas áreas de tratamento estatístico de dados? Doutor com livre-docência pela Universidade de São Paulo, onde tem ministrado cursos de graduação e pós-graduação em seu Instituto de Física, Otaviano Helene já foi presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).

Agora, ele disponibiliza sua experiência para liderar a reformulação dos métodos de avaliação do ensino superior, dentre eles o Provão.

POR MARCELO PINTO



INEP/MEC

Desde que assumiu a presidência do Inep, o senhor vem criticando o modelo atual do Provão. Na sua opinião, quais foram os principais acertos e os principais erros do Exame Nacional de Cursos?

Um dos acertos do Provão foi explicitar a importância de uma avaliação do ensino superior. Agora, os problemas dele são vários e, de longe, superam os acertos. É uma avaliação realizada a posteriori, o que, a partir dos seus resultados, impossibilita correção do que já aconteceu. O Provão também não mede a qualidade real de uma instituição. Além disso, há falhas em relação à divulgação dos conceitos. A maneira de divulgá-los pode levar a conclusões erradas, supondo que os cursos com A ou B sejam bons e com D ou E sejam ruins. Um exemplo disso pode ser verificado nos resultados de 2002. Na carreira de Engenharia Mecânica, cursos com médias acima de 31,5, numa escala de zero a 100, receberam conceito A. Já na área de Odontologia, os cursos que obtiveram notas até 48,2 tiveram conceito E. É importante observar que pessoas e mesmo organismos públicos tomaram decisões no passado, como a destinação dos recursos do financiamento estudantil, com base nessa forma de distribuição de conceitos, supondo

que D e E correspondem a maus cursos e A, B e C a cursos bons ou, pelo menos, aceitáveis.

A comissão do MEC, responsável pela reformulação dos sistemas de avaliação do ensino superior, já elegeu os principais pontos a serem discutidos?

A comissão nacional, criada pelo ministro Cristovam Buarque, tem a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reorientação e reformulação dos processos e políticas de avaliação da educação superior. Ela promoverá em julho audiências com diversos setores da sociedade para debater o assunto, e as conclusões do trabalho serão apresentadas até o final de agosto. Usando expressões do professor Dilvo Ristoff, diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep e integrante da comissão, esperamos construir um processo de avaliação leve, ágil, exato, visível, múltiplo e consistente.

Segundo os critérios do Provão, ao menos três faculdades de Odontologia deveriam ter sido fechadas, mas nenhuma foi. Qual

a sua opinião a respeito?

O principal critério para fechar um curso é a Avaliação das Condições de Ensino e por esse critério a gente tem, não só em Odontologia, mas em outras áreas do conhecimento, cursos que deveriam ter sido fechados. Essa exigência, de fechar curso sem condições de funcionamento, deveria ser respeitada.

Alguns alunos de Odontologia, entrevistados pelo Jornal do CFO, criticaram o Provão afirmando que não há, para eles, nenhuma motivação especial para fazer a prova. Os alunos são, de fato, desmotivados para fazer o Pro-

vão, pois com ele não há nenhum ganho. O seu desempenho não vai significar nenhum retorno do ponto de vista pessoal ou coletivo e também um mau desempenho não significa nada concreto na sua vida profissional.

Apesar de ainda gerar muita polêmica, o Provão obteve este ano seu maior índice de presença, 92%. Como explicar tal fenômeno: conformismo ou concordância?

Esse índice de participação dos inscritos este ano, contra 88% em 2002, pode

ser simplesmente uma flutuação estatística. Não significa nem conformismo nem discordância. Como também pode não representar o oposto disso. Mesmo o Provão sendo obrigatório, muitos, apesar de estarem inscritos, sabem que não vão concluir o curso naquele ano, o que é comum no ensino superior, e não vão fazer a prova.

A erradicação do analfabetismo e o estímulo à leitura sempre foram duas das principais bandeiras do ministro Cristovam Buarque. Para alfabetizar 20 milhões de brasileiros em quatro anos, ele defende até o trabalho voluntário dos universitários. Como esse processo poderia ser viabilizado?

A alfabetização da população é um ponto importante e o ministro Cristovam Buarque está comprometido com essa questão. Alfabetizar uma grande quantidade de pessoas é uma questão técnica, que tem sido esclarecida pela Secretaria Especial de Alfabetização do MEC. Alfabetizar 20 milhões de brasileiros em quatro anos ou mesmo num período maior depende de um trabalho sistemático muito bem organizado, inclusive com recursos suficientes e pessoal especializado. A contribuição de universitários pode ser um ingrediente adicional importante.

“O Provão não mede a qualidade real de uma instituição”



Nem falsos profissionais, nem tecnólogos

Sandra Maria Rodrigues de Menezes
presidente do CRO-RO

Enquanto os CROs se empenham em combater os falsos cirurgiões-dentistas, que castigam a população oferecendo um serviço de péssima higiene e qualidade, tramita no Senado um projeto de lei que cria o curso superior de Tecnólogo em Saúde Bucal. Ainda que existisse mercado para este tipo de profissional, é evidente que a carga horária proposta pelo projeto para a sua formação, de 2,4 mil horas – metade da carga de um curso de Odontologia -, é insuficiente diante das complexidades de um tratamento dentário de excelência.

Nós, que atuamos não só dentro de nossos consultórios, mas que também acompanhamos e discutimos as políticas que engrandecem ou degradam a Odontologia, devemos ficar atentos para que projetos de lei como este não sejam aprovados. Até agora, nada justifica a criação de um curso superior de Tecnólogos, uma vez que não há carência de profissionais no mercado – ao contrário, ele está visivelmente saturado.

A aprovação do curso vai de encontro à pressão dos conselhos para que exista um controle rígido da abertura de novas faculdades de Odontologia, que insistem em se proliferar pelo país. Em Rondônia,

por exemplo, nós assinamos com o Conselho Estadual de Educação um acordo para o intercâmbio de informações e consultas para a análise dos projetos de credenciamento e oferta de cursos de educação profissional de nível técnico e de análise de autenticidade de currículos e diplomas.

A substituição do CD por um profissional puramente técnico compromete a qualidade do tratamento oferecido e, con-

seqüentemente, a saúde bucal do povo brasileiro. É importante lembrar que não faltam profissionais qualificados no país, o que notamos é falta de políticas públicas que garantam o acesso da população ao tratamento odontológico, especialmente a que

vive em regiões abastadas. Por outro lado, o fortalecimento político da Odontologia, conquistado a partir do amadurecimento de suas entidades, traz sinais concretos de mudanças. Um deles é o reconhecimento do ministro da Saúde, Humberto Costa, de que a saúde começa pela boca, e do compromisso assumido pelo governo Lula em dobrar o número de equipes de saúde bucal no PSF até o fim deste ano.

“A substituição do CD por um profissional puramente técnico compromete a qualidade do atendimento à população”

FALE COM A PRESIDENTE DO CRO-RO
cro-ro@enter-net.com.br

Odontologia brasileira a serviço de todos

ABO (Associação Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (51) 3332-7492
E-mail: abon.voy@zaz.com.br/
Site: www.abonac.org.br

Abeno (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)
Tel/Fax. (31) 3232-9286
E-mail: abeno@abeno.br
Site: www.abeno.org.br

AcBO (Academia Brasileira de Odontologia)
Tel/Fax. (21) 2547-8266
E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br
Site: www.acbo.org.br

CFO (Conselho Federal de Odontologia) Tel (21) 2262-0419 -
Fax (21) 2533-6703
E-mail: cfo@cfo.org.br/
Site: www.cfo.org.br

FIO (Federação Interestadual dos Odontologistas):
Tel (62) 285-4619
Fax (62) 285-4824
E-mail: soego@zaz.com.br
Site: www.fio.org.br

FNO (Federação Nacional dos Odontologistas):
Tel (21) 2233-5879
Fax (21) 2263-6635
E-mail: fno@arras.com.br



Av. Nilo Peçanha,
50 - Grupo 2316
CEP 20044-900
Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho
Federal de Odontologia · Ano 11
Nº 54 · Maio-Junho de 2003
Edição nacional 245 mil exemplares

**IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200293-0
ECT/DR/RJ
CONSELHO FEDERAL
DE ODONTOLOGIA**

